

A referência na teoria da enunciação: da referência ao sujeito à falha referencial

Patrícia Laubino Borba
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - RS

Resumo: Este trabalho propõe-se a estudar a concepção de referência na teoria da enunciação. Trabalhamos com os textos fundadores dessa teoria que contribuem para pensar a questão da referência. Para Benveniste, o sujeito estabelece a referência, a partir do ato de enunciação. Essa visão de referência se transforma em paradigma da teoria enunciativa. Posteriormente, estudamos os textos de Authier-Revuz, a fim de percebermos como é vista a questão da referência em um arcabouço teórico que concebe a noção de sujeito a partir de um prisma freud-laciano e a linguagem atravessada pelo dialogismo. Desse enfoque, resulta uma noção de referência permeada pela falha.

Palavras-chave: Referência. enunciação. subjetividade. não-coincidência.

Abstract: We intend to study the concept of reference in the theory of enunciation. We work with founding texts which contribute to understand reference. For Benveniste, the subject makes the reference, in the act of enunciation. This view is a paradigm for the theory of enunciation. After that, we study Authier-Revuz's texts, in order to understand how reference is viewed in a theory which conceives the notion of subject from a Freudian-Lacanian point and language as permeated by dialogism. This approach results in a notion of reference permeated by flaw.

Key-words: Reference. enunciation. subjectivity. non-coincidences.

Introdução

No presente trabalho, propomos pensar a referência na teoria da enunciação. Inicialmente, pretendemos estudar como é vista a questão da referência em Frege, e logo após, como ela é excluída dos estudos da lingüística em Saussure.

Em seguida, estudaremos a noção de referência nos trabalhos do fundador da teoria da enunciação, Emile Benveniste. Trabalharemos com os textos em que

o autor desenvolve a teoria da enunciação, e que são pertinentes à nossa questão de estudo: Estrutura das relações de pessoa (1946), A natureza dos pronomes (1956), Os níveis da análise lingüística (1964), Semiologia da língua (1969), A forma e o sentido na linguagem (1966) e Aparelho forma da enunciação (1970).

Por último, procuraremos perceber como é vista a noção de referência na teoria de Authier-Revuz. Essa teoria da enunciação tem como peculiaridade assumir exteriores lingüísticos, como o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise freud-lacanianana. Por esse motivo, há diferenças conceituais entre as teorias de Authier-Revuz e Benveniste, e um desses conceitos é a noção de referência. Para estudarmos a noção de referência nessa autora, deter-nos-emos, mais particularmente, nas não-coincidências do discurso consigo mesmo, nas das palavras e das coisas e nas das palavras consigo mesmas, porque elas evidenciam a percepção do sujeito em relação a uma falha na referência.

1. A Assunção e a rejeição da referência nos estudos da linguagem

Em 1892, o lógico Frege, em seu artigo *Sentido e Significado*, reflete sobre o estatuto da referência na linguagem. O autor propõe um signo ternário (referente, sentido e expressão) para os estudos da linguagem. Porém, o referente não tem a função de dar a identidade ao signo, na medida em que duas ou mais expressões designando o mesmo referente são signos diferentes, pois cada uma delas carrega seu próprio sentido. Podemos perceber isso, mais claramente, com o célebre exemplo do planeta Vênus, que pode ser designado como estrela da manhã ou estrela da tarde. Para o autor, trata-se de signos diferentes, porque diferentes propriedades do objeto são ressaltadas nas expressões. O referente é considerado, nos estudos sobre a linguagem de Frege, mas ele é posto como um elemento mediado pelo sentido.

Contemporâneo de Frege, Saussure afasta-se de sua visão de língua como nomenclatura. Para que possamos entender porque a noção de referência foi excluída da lingüística, devemos compreender como é estabelecido o objeto dessa ciência.

Em 1916, o *Curso de Lingüística Geral* foi publicado postumamente, fundando, assim, a lingüística moderna. Diferentemente de outras ciências, que possuem seu objeto já estabelecido, Saussure precisou delimitar o objeto da nova ciência dentro do fenômeno heterogêneo e heteróclito que é a linguagem. O primeiro passo foi excluir a fala do estudo lingüístico, por ser um ato individual, acessório e mais ou menos accidental. Dessa forma, o objeto da lingüística possui as seguintes características: ser um contrato estabelecido pelos membros da sociedade, ou seja, uma convenção; ser um sistema de signos em que a união do sentido e a imagem acústica são psíquicas; ser um objeto concreto, ou seja, realidades que têm sua sede no cérebro dos indivíduos de uma comunidade, como um tesouro depositado pela prática da fala.

A rejeição da visão de língua como nomenclatura acontece pela negação de que existam idéias anteriores aos signos. Para Saussure, tanto o

pensamento quanto o meio fônico material são massas amorfas até que haja uma delimitação mútua que produza signo. Sendo assim, não se pode separar o pensamento do som ou o som do pensamento, porque, esta combinação produz uma forma, e não uma substância. A delimitação do signo gera seu valor que se estabelece em relação aos demais do sistema. O valor é estabelecido por uma dessemelhança -aquilo que pode ser trocado -, e uma semelhança - aquilo que pode ser comparado. Ducrot e Todorov (2001) afirmam que o valor é a forma mais efetiva de mostrar a implicação do sistema nos elementos lingüísticos, ou seja, cada signo depende do sistema para sua existência individual.

A exclusão da referência dá-se também pela concepção de signo binário (significante e significado), e pela complexidade do vínculo que une as duas faces do signo. Tal união é arbitrária, ou seja, não há nenhum tipo de motivação que estabeleça a associação entre o significante e o significado.

Os próximos teóricos que serão trabalhados inscrevem-se na teoria saussuriana. Porém, apesar de rejeitarem a referência ao mundo das coisas, os autores incluem, em suas teorias, uma nova noção de referência.

2. A referência em relação ao sujeito

Dosse (1993) ressalta a grande importância do ato de Benveniste de “[...] ter reintroduzido o recalcado no âmago da preocupação da lingüística: o sujeito por uma abordagem enunciativa.” (idem, 62). Além do sujeito foi também incluída a referência, excluída por Saussure. Ambas aquisições, para o estudo da linguagem, interlaçam-se a fim de produzirem a enunciação. Seguiremos os textos de Benveniste para podermos ver como isso se constituiu em sua obra.

No texto *Estrutura das relações de pessoa* (1946), Benveniste estuda os pronomes pessoais retos, criticando a denominação de pessoais. Não se trata de um mesmo fenômeno. Enquanto a primeira e a segunda pessoa referem-se a pessoas do discurso, a terceira pessoa indica alguém ou alguma coisa, mas não uma pessoa específica do discurso. Desse modo, Benveniste denomina a terceira pessoa de não-pessoa, porque, enquanto o eu é aquele que enuncia, e o tu é aquele a quem o eu se dirige, o ele pode ser uma infinidade de sujeitos, ou nenhum.

A oposição entre a duas primeiras pessoas e a terceira consiste no fato de as duas primeiras possuírem a marca de pessoa, enquanto a terceira ser destituída dessa. Benveniste denominou essa oposição correlação de personalidade. O eu e o tu também possuem uma oposição interna. Enquanto o eu é a pessoa subjetiva - porque ele transcende em relação ao tu - o tu é a pessoa não-subjetiva. Essa oposição é denominada correlação de subjetividade.

O artigo *A natureza dos pronomes* (1956) trata da mesma questão, porém, dessa vez, o estudo dá-se a partir do ponto de vista da pragmática. Outra mudança importante em relação ao texto anterior, é o fato de o autor estender para língua a oposição inerente aos pronomes: há signos que possuem

uma noção constante e objetiva e outros que se atualizam no discurso e são denominados indicadores de subjetividade.

O pronome eu só pode ser definido na locução, pois “ [...] eu é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística eu.” (idem, 279). O pronome tu é instaurado pela enunciação que contém o pronome eu, como “ [...] o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística tu.” Além da primeira e da segunda pessoa, há outros indicadores de subjetividade, como os demonstrativos, alguns advérbios, e o tempo. São todos signos vazios, ou seja, desprovidos de referência material, que se tornam plenos com a atualização do locutor. Possuem como centro de referência a primeira pessoa. A sua função principal é converter a língua em discurso.

Em *Os níveis da análise lingüística* (1964), Benveniste afirma que o lingüista deve pressupor a existência dos sentidos na língua, na medida em que essa tem como função comunicar. Porém, não compete ao lingüista dizer quais são esses sentidos. Para isso, seria necessário relacionar a língua ao mundo dos objetos, o que não seria tarefa do lingüista.

Em *Semiologia da língua* (1969) e *A forma e o sentido na linguagem* (1966), o sentido é novamente pensado pelo autor, porém, dessa vez, em uma relação de oposição: percebendo a significação própria do signo lingüístico, no modo semiótico; e implicando a comunicação, no modo semântico. Essas seriam a dupla significância da língua.

No modo semiótico, a unidade mínima é o signo. Significar é o fato de ter um sentido, não importando qual. A referência, como em Saussure, é excluída dos estudos da linguagem. A língua é vista como uma possibilidade, uma abstração.

No modo semântico, estuda-se o locutor que coloca a língua em ação, por meio de frases, e a unidade mínima é a palavra. O autor propõe que se pense os mecanismos de constituição do sentido. Nesse modo de significação, a referência retorna como elemento que compõe os estudos da linguagem. Porém, é necessário enfatizar que a referência é estabelecida em relação à enunciação: “A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao mundo do discurso.” (1995, 66). A referência não é fixa, nem previsível, depende do aqui e agora da enunciação.

Até o texto de 1970, Benveniste constrói sua teoria da enunciação percebendo a língua dividida em uma parte objetiva e outra subjetiva, não havendo interferência entre os dois pólos. Nos estudos sobre os pronomes, os indicativos de subjetividade são a parte subjetiva da língua, e a não-pessoa e o resto da língua são a parte objetiva. Na reflexão sobre a dupla significância da língua, há novamente a oposição objetividade e subjetividade na língua. A parte objetiva é a língua como uma virtualidade, na ordem semiótica. A parte subjetiva é a ordem semântica, quando a língua é atualizada pelo locutor, e a

referência acontece de forma momentânea e está relacionada à enunciação. A referência acontece de forma independente da significação semiótica, e “[...] é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância, ou do uso.” (231, 1989).

No *Aparelho formal da enunciação* (1970), a oposição não se encontra mais nos níveis da língua, mas nos estudos que podem ser feitos em relação a essa: ou se pode estudar as formas da língua, ou seu emprego. A lingüística da enunciação trabalha com esse segundo aspecto do estudo da língua. Benveniste define a enunciação como esse processo de “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (82, 1989). O funcionamento da língua é estudado em relação ao próprio ato de apropriação do sujeito, às situações em que a enunciação realiza-se e aos instrumentos de sua realização. O ato individual de utilização da língua coloca em evidência o locutor como um dos elementos necessários para a passagem da língua como abstração à língua em ação. A situação corresponde à referência do locutor e à co-referência do interlocutor realizada na enunciação. Por último, os instrumentos necessários à realização da enunciação são os índices de subjetividade que permitem a apropriação de toda a língua pelo interlocutor.

3. A falha referencial

Jaqueline Authier-Revuz inscreve-se na linha teórica neo-estruturalista, na qual a língua é tida como autônoma. Para a autora, sua proximidade com Benveniste, além de ambos serem saussurianos, dá-se por procurarem as marcas de subjetividade na enunciação, ou seja, registros do homem na língua.

Para estudar a resposta do sujeito da enunciação ao confronto com a alteridade no seu discurso, Authier-Revuz recorre a exteriores teóricos: o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise freud-lacaniana.

A grande contribuição do primeiro autor para os estudos da enunciação, é a visão de outro não como duplicação, nem como diferença excludente, mas como algo que atravessa constitutivamente o um. Os textos de Bakhtin devem ser lidos em sua especificidade: tratam de crítica literária. Porém, o autor percebe a obra de arte como um produto enunciativo da língua viva. Em Bakhtin, o conceito de linguagens sociais é estudado como pontos de vista específicos sobre o mundo. A língua é, assim, “[...] completamente diversificada, em qualquer momento de sua existência histórica.” (AUTHIER-REVUZ, 25, 2004). Para isso, a língua constitui-se de elementos abstratos: palavras e frases portadoras de uma significação no quadro do sistema lingüístico, que é o objeto da lingüística; e de acontecimentos concretos, únicos, que são o objeto da metalingüística. Os enunciados são produtos da interação entre sujeitos: “Os limites de cada enunciado concreto como unidade de comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso, ou seja, pela alternância dos falantes.” (BAKHTIN, 275, 2003). Para Bakhtin, as pesquisas metalingüísticas e a lingüística não devem se ignorar, mas completar-se mutuamente.

O resultado da inclusão da enunciação na constituição da língua é que toda palavra ao ser dita passa por uma orientação dialógica com o já-dito (enunciações anteriores) dessa palavra por um outro. Ou seja, as palavras são sempre projetadas a um ou a vários contextos em que são marcadas socialmente, carregando, assim, tal peso ao serem pronunciadas. Todas as palavras são atravessadas por discursos, e esse movimento é visto por Bakhtin como uma saturação da linguagem. O dialogismo é condição de constituição do sentido, na medida em que o sentido só acontece no e pelo entrecruzamento dos discursos: um discurso constrói-se na medida em que os outros são seus exteriores.

Nessa teoria, existem duas formas de perceber a dialogização: a exterior, que acontece com a interferência da presença de um interlocutor na produção do discurso; e a interior, que enfatiza o direcionamento por parte do locutor do discurso a um interlocutor virtual, a fim de antecipar a sua compreensão. Esse outro antecipado é apreendido como um discurso, e, a partir deste outro, o locutor constrói o seu discurso. O outro de Bakhtin pertence ao campo do discurso - em nenhum momento em seu trabalho, o autor preocupa-se com o inconsciente, pois seu recorte é histórico e social.

Para estudar esse outro do inconsciente, Authier-Revuz recorre à psicanálise freudo-lacaniana. A autora justifica sua incursão à psicanálise mostrando que essa pode conceder à lingüística um olhar exterior a seu campo de atuação em objetos comuns à linguagem, à fala e ao sujeito falante. Uma contribuição importante vinda da psicanálise é a sua concepção de sujeito dividido em inconsciente e consciente, produtor, por isso, de uma palavra heterogênea. O inconsciente é a parte transindividual do discurso concreto, a qual o sujeito não tem acesso para explicitar a relação com seu discurso consciente. A manifestação do inconsciente, no discurso, acontece na projeção de outros discursos sobre o dito, sem que haja nenhuma relação entre eles. Todo o discurso carrega potencialmente os discursos do inconsciente. Apesar de o sujeito ser dividido e ter sua palavra heterogênea, o eu é dotado de uma função de desconhecimento, devido a qual percebe tanto a si mesmo quando a sua palavra como homogênea. Essa função é necessária e normal para o sujeito.

A partir desses exteriores teóricos, Authier-Revuz procura delimitar formalmente esse embate do sujeito com a heterogeneidade. No fio do discurso, esse confronto aparece como um duplo plano enunciativo: X e uma representação do dizer de X. Essa representação é metaenunciativa, opacificante, e reflexiva, conforme Teixeira (2000). Esse fenômeno é denominado modalização autonímica.

Apesar de o dialogismo de Bakhtin mostrar-nos que a heterogeneidade é inerente ao discurso, o sujeito defronta-se apenas localmente com parcelas de heterogeneidades. O estudo de Authier-Revuz não abarca a delimitação da heterogeneidade constitutiva do discurso, pelo fato de ser não localizável e não representável (1990, 32), mas procura os comentários metaenunciativos de cada sujeito frente à alteridade, a fim de descrever o que eles dizem ao sujeito do dizer (2001,20).

A autora denomina essas representações não-coincidências do dizer, que podem aparecer de quatro maneiras: 1. não-coincidência interlocutiva, 2. não-coincidência do discurso consigo mesmo, 3. não-coincidência entre as palavras e as coisas, 4. não-coincidência entre as palavras consigo mesmas.

Numa leitura apressada e compreendendo a referência no sentido fregeano, poderíamos supor que a falha na referência aparece apenas na não-coincidência entre as palavras e as coisas, porém proporemos que se estude essa falha nas três últimas não-coincidências. Para isso, é necessário pensar a noção de referência a partir dos trabalhos de Benveniste, que consiste nas relações estabelecidas pelo sujeito e pelo aqui-agora da enunciação. A referência não está relacionada ao significado semiótico dos signos, ou ao que a autor chamou de possibilidade de língua no texto de 1970.

A coincidência estabelece-se com a ilusão de plenitude de sentido. Isso tem como consequência a delimitação precisa da referência. Na medida em que se estabelece uma não-coincidência, ao menos nas três últimas formas citadas, há uma falha na referenciação. Essas não-coincidências são sustentadas por exteriores teóricos diferentes, pois elas refletem diferentes relações da língua com a alteridade. Como nos ensina Brait (1997), Bakhtin estudou um aspecto da alteridade constitutiva da língua, enquanto Lacan deparou-se com um outro lado da alteridade.

Authier, sem homologar as duas teorias, aproveita-se dela para conferir aos estudos enunciativos o estatuto de lugar da verificação das confluências e interferências existentes entre sentidos, sujeito e discurso, surpreendidas na materialidade lingüística que expõe ideologia e inconsciente. (idem, 18)

A não-coincidência do discurso consigo mesmo põe em evidência as múltiplas vozes a que o dialogismo bakhtiniano e a teoria do interdiscurso da Análise do Discurso fazem menção. Nessa não-coincidência, a referência falha na medida em que o sujeito percebe que em suas palavras há ecos de outros discursos, produzindo referências diferentes da inicialmente estabelecida. A noção de referência, nessa não coincidência, traz um elemento novo: a percepção de referência não apenas em relação ao locutor, mas também em ressonância a outras vozes sociais.

Diferente da anterior, a não-coincidência entre as palavras e as coisas é fundamentada tanto na perspectiva lingüística, que reconhece que o sistema de unidades finitas da língua é insuficiente para nomear as infinitas singularidades do mundo; quanto na psicanálise lacaniana, que denomina alíngua essa parte da linguagem afetada pelo inconsciente que a lingüística não formalizou. “A comunicação implica a referência. Só que, uma coisa é clara, a linguagem é apenas aquilo que o discurso científico elabora para dar conta do que chamo alíngua. Alíngua serve para coisa inteiramente diferente da comunicação.” (Lacan, 1985, 188). O sujeito se depara com a manifestação do inconsciente na enunciação e tenta anulá-la com a modalização autonímica.

A não-coincidência das palavras consigo mesmas também é embasada pela noção de alíngua de Lacan. Como nos ensina Milner (1987), “A língua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco.” (idem, 15). É esse equívoco que rompe no discurso do sujeito falante, que caracteriza essa não-coincidência. Essa não-coincidência vai de encontro a abordagens lingüísticas monossemesantes, que consideram lúdica ou acidental a dimensão do equívoco na linguagem.

4. Conclusão

Consideramos que os trabalhos de Benveniste possibilitam estudar a noção de referência de forma diferente das outras teorias nos estudos da linguagem. Acreditamos que esse ponto de vista nos possibilita pensar a referência em trabalhos de outros teóricos da enunciação. Por esse motivo, procuramos entender como essa noção seria percebida dentro dos estudos de Authier-Revuz.

Apesar de a autora não tratar da questão da referência nos seus estudos enunciativos, acreditamos ser muito produtivo estudar essa questão nas não-coincidência, porque esse fenômeno relata a falha do acontecimento enunciativo em relação ao estabelecimento da referência. A não-coincidência acontece quando o sujeito percebe que não é o centro de sua enunciação e que os sentidos estão se estabelecendo a partir de outras vozes sociais ou do equívoco da língua.

5. Referências

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não-coincidência do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, n.19, jul./dez., 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética e criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.

DE MAURO, T. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972.

DOSSE, François. *História do estruturalismo* vol. 1 e 2. São Paulo: Ensaio e Unicamp, 1994.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FLORES, Valdir. Princípio para a definição do objeto da lingüística da enunciação. *Letras de hoje*. Porto Alegre, v.36, n ° 4, p. 7-67. Dezembro, 2001.

LACAN, J. *O seminário 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MILNER, J. *O amor da língua*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

NORMAND, C. Os termos da Enunciação em Benveniste. In: Oliveira, S. (et al.). São Paulo: Lovise, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.